

Política e planeamento linguístico em Timor-Leste: A reintrodução da língua Portuguesa

Karin N. R. Indart

Introdução

Este trabalho concentra-se na avaliação de políticas e planeamentos linguísticos (Calvet 2007; Hornberger&Johnson, 2007) de Timor-Leste independente (Hull 2003; Corte-Real 2005; Taylor-Leech,2007), mas está enquadrado nos estudos de avaliação educacional (Afonso 1998; Vianna 2002) como política pública (Castro & Queiróz 1989; Garcia 2001), uma vez que, no país a mudança de política linguística significou na troca de língua de instrução.

Sua finalidade principal foi identificar as razões para a decisão política da oficialização da Língua Portuguesa e analisar os resultados do planeamento da mesma nos primeiros dez anos em que foi gradativamente implementada no sistema educacional. Através de entrevista com personagens históricos e ativos na elaboração da Constituição e planeamento da reintrodução da Língua Portuguesa pôde-se descrever a auto-avaliação que estes mesmos fazem da decisão e do processo de implementação da política linguística, assim como, dos resultados positivos e negativos para a correção desta política. Este artigo resume-se à análise de discurso feita a partir das respostas dos entrevistados, a saber, três representantes de partidos com pareceres distintos em relação à política linguística e dois implementadores da política linguística adotada na Constituição. A abordagem da investigação é qualitativa e, portanto, não nos interessou um grande número de amostragem e sim as informações privilegiadas que os entrevistados escolhidos detinham.

As questões analisadas relacionadas à decisão de oficialização da LP foram: razões da decisão; unanimidade na decisão; processo de decisão; democracia e decisão; contexto político da decisão; estratégias de implementação; avaliação das estratégias; críticas à decisão.

Análise de discurso da auto-avaliação da política e planeamento

Vantagens da oficialização da LP

A maioria dos entrevistados encontram-se satisfeitos com a decisão e o processo de decisão pela LP como língua oficial. É notável em seus discursos a referência de que havia um consenso em relação a importância da LP para o Estado timorense não apenas no ambiente político. Para os implementadores existia, uma minoria que a criticava, mas possivelmente representavam os mesmos 25% do povo que era a favor da anexação à Indonésia e afirmam que a decisão levou em consideração a opinião da população. Os deputados que elaboraram a Constituição foram eleitos por eleições diretas e representavam o povo e portanto, para os entrevistados, a oficialização da LP foi incontestavelmente democrática. Por essa razão alguns dos entrevistados não demonstram-se preocupados com as críticas internas à política linguística adotada. Pelo menos três dos entrevistados demonstraram uma argumentação bastante pragmática para a escolha e apesar de somente as razões políticas aparecerem em todos os cinco discursos, estão convencidos de que existem outras vantagens na oficialização da LP. São elas: o desenvolvimento do Tétum e a familiaridade desta com a LP; o apoio político da CPLP; o respeito a história antiga e recente da LP no Timor que colabora com a atual identidade coletiva e a diminuição da intervenção política dos vizinhos Austrália e Indonésia.

As gerações envolvidas nas entrevistas

Outro fato a ser ponderado é o de que quatro dos cinco entrevistados consideraram-se pertencentes a geração intermediária educada no período indonésio e, mesmo assim, apenas um avalia a escolha de forma negativa atualmente. Uma das entrevistadas respondeu as perguntas em tétum e com exceção de um entrevistado a maioria demonstrou hesitação em algumas estruturas e expressões em LP. Isto é uma indicação de que eles mesmo estão a esforçar-se em cumprir a política linguística e a convicção de que a LP deve permanecer como língua oficial não é uma ideia de políticos da velha geração. Porém, é importante notar que a única entrevistada que citou razões pessoais para a escolha feita foi justamente a que representa a geração educada no tempo português. Dá-se, então a impressão de que os políticos mais antigos tem motivações emocionais envolvidas na defesa da LP. Não é coincidência, também que os dois entrevistados mais envolvidos com o planeamento do que com a política tenham uma argumentação mais elaborada acerca das implicações práticas da escolha, assim como das razões pragmáticas da mesma, já citadas acima.

As expectativas de apoio da CPLP

Ainda antes da elaboração da Constituição houve clara vontade política de implementar a reintrodução da LP no sistema educacional, como afirmam os dois entrevistados que contribuíram com a elaboração de estratégias para o planeamento linguístico. O que transparece, porém, é uma expectativa irreal de larga cooperação dos países da CPLP. Os PALOP tinham sido os mais constantes parceiros de luta pela independência nas Nações Unidas, no entanto, não tinham condições de ajudar na reintrodução da LP em Timor-Leste, pois eles mesmos ainda contam com limitações no ensino da língua em seus países. Portugal e Brasil seriam, então, os parceiros ideais. Portugal respondeu imediatamente aos anseios timorenses, mas não com números suficientes de professores e Brasil, embora também logo tenha enviado auxílio, apenas o fez em áreas bastante específicas. As expectativas eram muito maiores do que a cooperação oferecida, como o entrevistado 4 deixa claro ao relatar uma das negociações no Brasil:

O dr. Roque Rodriques foi ao Brasil como representante da Educação e pediu 2000 professores do Brasil de língua portuguesa (...) não diria que teria resolvido todo o problema, mas a maior parte do problema, sim! (...) Hoje se não fosse 2000 mas pelo menos 1000 a gente já teria capacidade para isso. (Entrevistado 4)

Também nota-se que havia uma aposta de desenvolvimento compartilhado com os países da CPLP e isto incluía principalmente o desenvolvimento da LP. Esperava-se que houvessem políticas e principalmente planeamentos comuns de fácil introdução em Timor-Leste, assim que este pertencesse ao grupo. Porém, apesar das entrevistas revelarem que houve uma intervenção da CATTIL no planeamento de estratégias, inicialmente não contava com grandes planos. E uma intervenção emergencial se estendeu à praticamente por todo o período da governação da FRETILIN. Um dos motivos revelados foi o parco orçamento que dispunham na época, o que impediu que o governo timorense assumisse os custos do envio de professores de LP. Atualmente a crença de que a solução para a reintrodução da LP está na cooperação dos países da CPLP ainda é predominante e as expectativas de auxílio mais amplo ainda são muito grandes, como pode-se observar na fala o entrevistado 3:

Portugal tem que mostrar mais interesse, mas o seu apoio.(...) É lamentável se um dia a língua portuguesa deixar de existir em Timor-Leste. E é possível. Se Portugal ou nações irmãs Brasil, Angola, Moçambique e nosso governo... se continuam como estão não vejo esta possibilidade.

Porém, outro entrevistado chama a atenção para o fato de que a alternância governativa teve um impacto nas cooperações com CPLP e isso implicou em ajustes de ênfases desta cooperação e deixou a impressão de que haviam dúvidas se o governo atual iria dar continuidade a política linguística tal qual o governo anterior, mas que “ao fim de três, quatro anos estamos a ver que as coisas ao cabo não saíram muito longe dos trâmites” (Entrevistado 5).

Críticas a reintrodução da LP

É muito provável que a concentração dos professores de LP em formar professores timorenses tenha frustrado as expectativas da população geral que beneficiava-se dos cursos oferecidos pela Cooperação Portuguesa inicialmente e tenham eventualmente julgado que não há intenção real do governo de popularizar e generalizar o uso da LP. O facto é que por mais que o governo quisesse não havia professores de LP suficientes nem para capacitar os professores, muito menos para abastecer o sistema educacional em todos os níveis, como explica o entrevistado 5:

Ainda assim, o perfil da maioria esmagadora dos professores a trabalhar no Ministério da Educação não tinha o português como sua língua de trabalho. De maneira que embora a política, assim visionariamente já estava muito assente, estabelecida, a prática estava muito aquém. Porque o professor dentro da sala de aula era aquele professor que fez sua escolaridade, sua formação na Indonésia. A única língua em que podia ensinar era língua indonésia.

A compreensão de que em um primeiro momento era necessária uma grande flexibilidade em relação a política linguística no sistema educacional e administração pública levou o Parlamento a oficializar o tétum e legalizar o uso temporário do indonésio e do inglês. Mas o que nota-se na fala dos entrevistados é de que o apoio nacional e internacional a essa flexibilidade foi transformando-se ao longo do tempo em críticas de várias vertentes diferentes. Da parte dos nacionais um novo apego ao tétum e a esperança de que uma língua nacional pudesse substituir por completo a LP começou a surgir, somando-se a isso alguns esforços de instituições como UNICEF que defendem o ensino primário em língua materna. Ainda da parte dos internacionais existe uma forte recusa em aceitar a decisão constitucional e uma pressão constante em fortalecer o inglês como língua de comunicação internacional. Entrevistado 5 relata que essa recusa já vem dos tempos em que as Nações Unidas se responsabilizou pelo referendo:

Em 99 quando vieram organizar o referendo aperceberam-se de que a população tinha uma apreciação positiva pelo português. As crianças iam as escolas clandestinas de língua portuguesa, aprendiam em casa, aprendiam nas paróquias, os professores ensinavam informalmente no pé de uma árvore, nos campos de refúgio, etc. Agora os internacionais viram aquilo como qualquer coisa exótica. Então juntaram-se em seu questionamento... a dúvida, a campanha da dúvida para com o português. Depois ficou a estigmatizar-se. E como que os timorenses, os jovens (...) aquela geração como que achou-se de repente alvo de uma solidariedade espontânea por parte de alguns internacionais relativamente a sua desvantagem linguística.

Estas duras críticas à LP por parte de internacionais devem ser avaliadas pelos timorenses, diz entrevistada 1, pois existem as que vem para corrigir e melhorar, mas também há críticas mal intencionadas. Essa interferência internacional tem força, pois vem de instituições com poder de decisão. Entrevistado 5 enumerou UNICEF, UNESCO, UNDP e Banco Mundial com sendo as que mais interferem no planeamento linguístico e afirma que estas instituições tem um tratado de alto nível para impedir ou retardar a reintrodução da LP. Nota-se que o poder de propaganda anti-LP é muito maior em Díli e pode haver relação com a observação da entrevistada 1 de que nos distritos a rejeição a LP é mínima e a aprendizagem da língua por parte das crianças de ensino básico é muito mais natural e eficaz. Se esta informação procede, o entrevistado 5 tem razão em associar diretamente as campanhas internacionais às falhas na implementação.

As falhas na implementação da política linguística

Não houve menção nas entrevistas da intenção de regresso a língua indonésia. Mas muitas vezes foram mencionadas a recusa, as demonstrações contra ou a passividade em aprender e utilizar a LP por parte da geração educada em indonésio. Essa reação vem de vários grupos e o mais citado foi o de professores inseridos no sistema educacional, mas também há os políticos jovens, que têm discurso dúbio em relação a decisão; os funcionários públicos, que continuam a utilizar o indonésio para questões técnicas e os jornalistas, que ainda permanecem publicando em língua indonésia grande parte de seus artigos. Sem

dúvida nenhuma, os entrevistados demonstram maior preocupação em relação ao grupo de professores. Entrevistado 4 relata quais eram as expectativas iniciais:

Já a partir dos anos de 2000/ 2001 o português começou a ser lentamente introduzido. Só que nós decidimos na altura pelo que chamamos de currículo de transição, em que os professores que na maioria foram formados no tempo da Indonésia naturalmente que dominavam mais a língua indonésia. E para não fazer parar o processo educativo, ensina-se com a língua que o professor domina melhor e ao mesmo tempo é obrigado a começar a aprender a língua portuguesa. Foi esta política que foi implementada (Entrevistado 4).

Sem a adesão em massa por parte dos professores à política linguística adotada, o planeamento linguístico apresentou uma grande falha e acabou por produzir uma desconexão entre o ensino primário, ministrado em sua maioria por professores educados no tempo português ou capacitados pelos cursos oferecidos em LP pelo governo e o ensino pré-secundário, secundário e universitário, ministrado por professores formados em universidades indonésias. O descompasso mais preocupante parece ser o do ensino universitário que continuou a formar os futuros professores do sistema educacional em língua indonésia durante os dez anos de implementação da reintrodução da LP. “Está a ver esta desconexão! Lá em baixo está tudo em língua portuguesa e nós continuamos a fazer formação em língua indonésia.”(Entrevistado 4). Este problema não foi ignorado. A princípio chegou a ser planeado um ano propedêutico de introdução de LP em todos os níveis e cursos da UNTL, inclusive aos docentes, mas o plano nunca foi colocado em prática por falta de professores de LP para o executarem. Os entrevistados estão conscientes de que este é o maior desafio para a implementação da política linguística e também o mais fundamental para que a lei seja cumprida na prática, como afirma o entrevistado 5:

O que é preciso, é perseguir essa teimosia na formação dos professores para um rápido domínio de língua portuguesa e abastecê-los nas suas áreas específicas (...) Quem ensina biologia tem de ensinar bem através da língua portuguesa para não haver mais balburdia no sistema do governo.

Mesmo cientes da importância fundamental da reestruturação dos programas de formação de professores nenhum dos entrevistados citou soluções elaboradas para melhoria da capacitação destes. Estes programas são realizados desde o início da implementação, mas não tem resultados satisfatórios.

Particularmente a formação dos professores do ensino secundário eu creio que após dez anos os resultados não são muito satisfatórios... Esses cursos de formação intensiva que o ministério está a fazer de 3 em 3 meses tem alguma utilidade, mas não está a resolver o problema. (...) O ensino primário conta felizmente com grande parte dos professores que embora mais idosos, mas que tinham um certa formação em língua portuguesa daqueles tempos, depois com os cursos de bacharelado. Agora no ensino secundário, para não falar do ensino superior, encontram-se com professores que não conseguem um mínimo em língua portuguesa (Entrevistado 4).

Uma das mais frequentes críticas nas entrevistas é a falta de prioridade orçamentária para os programas de reintrodução da LP no sistema educacional. O governo anterior tinha convicção política para reintrodução da LP, mas poucos planos e quase nenhum orçamento e acabavam por depender quase que totalmente dos recursos financeiros das cooperações da CPLP, relata um entrevistado:

Vendo as coisas retrospectivamente ... podia ter sido feito mais. Mas havia também, os constrangimentos em termos orçamentais. Nós não tínhamos na altura orçamento suficiente para poder assentar os professores. Os professores portugueses que vieram também eram professores pagos pelo governo português (Entrevistado 4).

Já o governo atual tem largos recursos financeiros, afirmou um entrevistado: “O problema agora é você fazer o plano e ter a capacidade de absorver o dinheiro para implementar o plano, senão se não é capaz absorver o dinheiro não se tem dinheiro, não se dá” (Entrevistado 5). Porém, a impressão é de que seus esforços políticos estão concentrados no desenvolvimento de outras áreas. “É claro que temos muitas

prioridades. Mas o desenvolvimento da língua portuguesa como língua oficial em Timor-Leste tem que ser uma das prioridades”(Entrevistado 3). Essa falta de recursos alocados para a implementação da política linguística acaba por refletir no sistema educacional. Uma consequência é a evasão de professores qualificados e fluentes em LP do sistema porque encontram maior remuneração em outros empregos, como explica a entrevistada 2 quando interrogada se acreditava haver professores de LP suficientes em Timor-Leste:

Existe, mas é que agora eles andam fora do governo. Tão nos trabalhos particulares porque dá mais dinheiro. Há professores suficientes. A maioria dos professores de posto escolar como a mim estão fora.

Aspectos positivos da implementação da política linguística

Apesar do quadro negativo apresentado, todos creem que com uma maior estruturação, ampliação e ajustes de cooperação com CPLP e maior alocação de recursos é possível obter resultados positivos e diminuir consideravelmente as falhas no planeamento linguístico. Estão conscientes de que o processo precisa de um investimento de longo prazo. Por isso, o entrevistado 5 considera a constância em manter e concluir o programa de reintrodução gradativa da LP no sistema educacional uma grande vitória. Apenas um dos entrevistados pensa que a avaliação da política linguística deveria incluir a possibilidade de troca de língua oficial. Todos os demais entrevistados pensam que a resistência interna à LP tem diminuído e a aceitação da política linguística adotada é mais generalizada até mesmo da parte dos jovens professores e jovens políticos. Algumas expressões dos entrevistados indicam esta opinião, como “felizmente a batalha já está ganha” (Entrevistado 4), “nessa questão há um consenso nacional, penso que muito profundo, “e os mais jovens também de dia para dia vão se enfileirando atrás dessa elite autêntica”, “já não há aquela repugnância manipulada por outro” (Entrevistado 5), “a maioria agora já aprende a língua portuguesa com facilidade, “a língua portuguesa está mais desenvolvida”, “conforme o pessoal que me encontra, falam mais português do que outra língua” (Entrevistada 2). Um dos entrevistados comenta sua satisfação em observar que no parlamento os deputados começaram a fazer suas intervenções em LP em 2011 e diz:

A gente tem vindo a dizer durante os últimos 10 anos que o português é difícil. Se estivéssemos a estudar até 2006 já tínhamos dominado todas as conjugações. (...) Professores e deputados parece que já querem sair desse ciclo. Já começam a falar e penso que é um bom sinal (Entrevistado 5).

Promoção da LP

Existem duas ideias distintas de como promover o uso generalizado da LP pela população. Os entrevistados 2 e 4 utilizaram palavras como “obrigatoriedade”, “exigir”, “ter que”, “dever” que indicam uma postura mais autoritária de cumprimento da lei estabelecida. Neste caso, o problema do não uso é de maior responsabilidade do povo que por razões diversas não executa a política linguística legislada e está associado à ideia de resistência, desacordo ou passividade em aprender a língua. Mas há os entrevistados 1 e 3 que preferem utilizar expressões como “promover”, “colocar na mente do povo”, “esclarecer”, “desafiar”, “esforçar-se”, “desenvolver como língua do povo”, “convivência” e demonstram uma abordagem mais motivacional da aprendizagem e uso da língua pois compreendem que trata-se de uma lei de difícil cumprimento. Neste caso, a responsabilidade é compartilhada entre governo e povo, um promovendo as condições para o ensino, aprendizado e uso da língua e outro esforçando-se em aprendê-la e usá-la, porque compreende e compartilha da importância da política linguística para o país como um todo. O entrevistado 5 utiliza ora expressões de dever, ora de promoção do aprendizado e uso da língua.

Conclusão

Finalmente é possível afirmar que o consenso pela LP oficial existente no Parlamento leste-timorense em 2001 tem se consolidado nos dias de hoje no meio político e intelectual. Nos dez primeiros anos de implementação, porém, foi afetado o otimismo de que o planeamento linguístico seria simples e rápido,

principalmente porque têm consciência de que não podem depender exclusivamente das cooperações com a CPLP para os recursos financeiros e humanos. Ainda há dúvidas quanto a solução das maiores falhas da implementação, mas a maioria concorda que as correções devem acontecer no planejamento e não na política linguística.

Bibliografia

- Afonso, A. J. 1998, *Políticas Educativas e Avaliação Educacional*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Calvet, L-J. 2007, *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Castro, M. H. G. & Queiróz, M. S. 1989. *Avaliação de Políticas e Programas Sociais*, caderno nº. 12. Campinas: UNICAMP
- Corte-Real 2005, "Interview...mit Corte-Real." In *Südostasie*, pp. 64-65
- Garcia, R. C. 2001, *Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: Ministério da Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Hornberger, N. H. & Johnson, D. C. 2007, Slicing the Onion Ethnographically: Layers and Spaces in Multilingual Language Education Policy and Practice. *Tesol Quarterly*, 41(3): 509-532.
- Hull, G. 2003, *Timor-Leste - Identidade, Língua e Política Educacional*. Instituto Camões.
- Taylor-Leech, K. J. 2007, *The Ecology of Language Planning in Timor-Leste: A study of language policy, planning and practices in identity construction*. Tese de doutoramento. Brisbane: Griffith University.
- Vianna, H. M. 2002, Questões de Avaliação Educacional. In L. C. Freitas (org.). *Avaliação: construindo o campo e a crítica*, Florianópolis: Insular, pp. 63-88